

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA
COMARCA DE CASCAVEL/PR

VARA CÍVEL DA

PEDIDO DE FALÊNCIA
(Lei 11.101/05)

**MANETONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
SIDERÚRGICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, com sede à
Rod. Cornélio Pires, SP 127 KM 43,5, Bairro Campestre, Piracicaba/SP,
inscrita no CNPJ sob o Nº 49.795.800/0015-30, e no estado sob o Nº
148.182.439.115, vem mui respeitosamente à sempre ilustre presença de
Vossa Excelência, através do seu advogado, que a presente subscreve,
requerer, nos termos do Artigo 94, I, da Lei 11.001/05, a

FALÊNCIA

de **HOTZ INDUSTRIA DE MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF nº
15.813.825/0001-00, Estado sob o nº 9059997960 e NIRE nº 41 2
0738029-9 , **que deverá ser citada na Rua Celso Esperança, 111, Parque
São Paulo, Cascavel/PR, CEP.: 85.803-660**, pelos motivos fáticos e jurídicos
abaixo vertidos:

A Requerente é credora da Requerida da importância
nominal de **R\$ 36.256,70** (Trinta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Seis Reais
e Setenta Centavos), representada pelos títulos abaixo relacionados:

TÍTULO	NÚMERO	VALOR	VENCIMENTO
DUPLICATA	142.309/A	12.085,00	21/08/2014
DUPLICATA	142.309/B	12.085,00	05/09/2014
DUPLICATA	142.309/C	12.086,70	20/09/2014

Esclarece que a titularidade dos títulos acima
elencados, deriva de negociações de compra e venda existentes entre as
partes, estando todas as transações devidamente documentadas por
Nota Fiscal, recibo de entrega, Duplicatas Extraídas, e Instrumentos de



Protesto, razão pela qual, indiscutível a regularidade do crédito da Requerente.

Os títulos encontram-se devidamente vencidos, e há que se ressaltar que, sendo levados a **PROTESTO**, a Requerida, apesar de devidamente intimada (Súmula 361 do STJ), o que se comprova, inclusive com cópias dos AR's, nada alegou (Docs. Anexo).

Assim, prova-se que a Requerida descumpriu o acordo, quando foi devidamente protestada, e que ainda intimada pessoalmente acerca do protesto, nada alegou, sendo que, ainda, não procurou pelas vias próprias discutir a Liquidez e Inexigibilidade do referido título, não se preocupando inclusive em “sustar” os referidos protestos, resultando, diante disso, preenchimento de todos os requisitos.

Ademais, apesar de o instrumento de protesto não ter sido extraído da forma especial, já se encontra superada esta exigência, vez que a jurisprudência é sedimentada, tanto no Superior Tribunal de Justiça, quanto nesta Corte:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COM PEDIDO DE FALÊNCIA. PEDIDO DE INDEFERIMENTO DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSTRUÇÃO DA LIDE. IRREGULARIDADE DE EMPRESA AUTORA. ÓBICE À APRECIÇÃO DO PEDIDO FALIMENTAR. TESE QUE NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO. PROCESSO DEVIDAMENTE INSTRUÍDO COM OS DOCUMENTOS ELENCADOS NA LEI DE FALÊNCIA. OBSERVÂNCIA AO ARTIGO 94 DA LEI 11.101/2005. DUPLICATAS NÃO PAGAS NO PRAZO AVENÇADO. **PROTESTO ESPECÍFICO PARA O ATO FALIMENTAR. DESNECESSIDADE.** NOTIFICAÇÕES EXPEDIDAS PELO CARTÓRIO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO DEVEDOR, NO SENTIDO DE QUITAR SUA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO QUANDO DA APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO. ATOS QUE DEMONSTRAM QUE A EMPRESA RÉ NÃO POSSUI ATIVO SUFICIENTE PARA SALDAR SEUS DÉBITOS. SENTENÇA SINGULAR QUE NÃO COMPORTA REFORMA. JUROS QUEBRA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Processo: AC 7121240 PR 0712124-0 Relator(a): José Sebastiao Fagundes Cunha Julgamento: 22/06/2011
Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível Publicação: DJ: 668



“FALÊNCIA. DUPLICATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. TÍTULO HÁBIL A EMBASAR O PEDIDO DE FALÊNCIA. PROTESTO ESPECIAL. DESNECESSIDADE.- A duplicata de prestação de serviços, uma vez satisfeitos os requisitos previstos para legitimar a ação executiva, é título hábil a instruir o pedido de falência. Precedentes. - Desnecessidade do protesto especial a que alude o art. 10 da Lei de Falências. Recurso especial não conhecido” (STJ, REsp nº245648, Quarta Turma, Min. Barros Monteiro, DJ 04/10/2004).

“APELAÇÃO CÍVEL - FALÊNCIA - PEDIDO FORMULADO NA VIGÊNCIA DO DL 7.661/45, COM BASE NO ARTIGO 1º - IMPONTUALIDADE - CARACTERIZAÇÃO - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE QUE A FALÊNCIA FOI UTILIZADA COMO MEIO DE COAÇÃO PARA PAGAMENTO DO DÉBITO - CONDIÇÕES QUE DEMONSTRAM A INSOLVÊNCIA DA RÉ - DESNECESSIDADE DE PROTESTO ESPECIAL DA DUPLICATA - TÍTULO QUE SE SUJEITA AO PROTESTO COMUM - REQUISITOS LEGAIS PRESENTES PARA ODEFERIMENTO DA PRETENSÃO DE QUEBRA DA EMPRESA RÉ. RECURSO PROVIDO COM A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA EM SEDE RECURSAL - POR UNANIMIDADE” (AC Nº 336.014-3, 17ª C.C. Dês. Rel. Fernando Vidal, DJ 7658, 20/02/2008).

“FALÊNCIA DUPLICATA SEM ACEITE PROTESTO REGULAR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA ENTREGA DA MERCADORIA TÍTULO EXECUTIVO DOTADO DA FORÇA EXECUTIVA, A DUPLICATA SEM ACEITE DO SACADO, MAS PROTESTADA E ACOMPANHADA DO COMPROVANTE DE ENTREGA DA MERCADORIA, ENSEJA PEDIDO DE FALÊNCIA - AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO” (TJPR, AC. 1634 - 6ª C. Civ., Rel. Des. Telmo Cherem).

A doutrina também tem manifestado nesse sentido, como nos ensina o ilustre magistério de Fábio Ulhoa Coelho (*in* Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas - 4ª Ed., 2007, Saraiva, fls. 259/260):

“Em termos procedimentais, portanto, a especificidade do protesto para fim falimentar reside no exame que o cartório deve fazer da sujeição, em tese, do devedor à falência. Não se trata de exame fácil, até mesmo porque ao cartório de protesto são apresentados



*apenas dados genéricos de identificação do devedor. Assim, não se deve desconsiderar a hipótese de um protesto não poder ser tirado com a específica finalidade falimentar por insuficiência de informações ou mesmo por imprecisão do cartório. Em vista dessa dificuldade - e também levando em conta a completa inutilidade da distinção prevista em lei entre o protesto em geral e para fim falimentar -, **qualquer protesto deve ser admitido na instrução do pedido de falência fundado na impontualidade injustificada**" (grifei).*

Com efeito, José da Silva Pacheco também ensina que "o protesto comum tirado conforme a lei cambial é suficiente para instruir o pedido de falência" (in Processo de Falência e Concordata. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 193).

Ou seja, conforme todo o exposto os protestos não precisam ser especiais/específicos, para fundamentar o pedido de falência com base na impontualidade.

Resta demonstrado, diante disso, que a Requerida é má comerciante, e que, por isso, não tem mesmo condições de continuar comercializando, fato este que, caso não proibido por Vossa Excelência, fatalmente trará prejuízos para outros comerciantes, desencadeando uma cadeia sequencial de quebras e prejuízos, que pode muito bem ser evitada com a paralisação total das atividades da Requerida.

Que, mesmo antes da lavratura dos protestos, houve a tentativa amigável do recebimento do crédito, sem, contudo, lograr êxito, sendo que a Requerida sempre se esquivou do pagamento, nunca sequer oferecendo qualquer proposta para composição da dívida.

Sequer cabe discutir aqui, a intenção da cobrança nestes autos, pois mesmo com a possibilidade da Execução dos Títulos, a opção é personalíssima da Requerente, **sendo que seu objetivo não é outro, senão o resultado da quebra da Requerida.**

A opção pela execução individual ou pedido de falência, desde que presentes os pressupostos de admissibilidade estabelecidos pela lei falimentar, em especial a insolvência (jurídica) do devedor, constitui prerrogativa do credor.

Neste sentido, também nossos tribunais já se manifestaram, senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA. IMPONTUALIDADE. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. EXECUÇÃO



FRUSTRADA. DESNECESSIDADE. LIQUIDEZ DO TÍTULO. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO PARA INCLUSÃO DO VALOR DOS ENCARGOS E ABATIMENTO DOS PAGAMENTOS PARCIAIS. 1. Não se verifica ofensa ao art. 535 do CPC uma vez que o Tribunal de origem dirimiu todas as questões jurídicas relevantes para a solução do litígio. 2. Para a decretação falência com fulcro no art. 94, I, da Lei nº 11.101/2005, basta a comprovação dos requisitos da Lei. Na presente hipótese, a alegada violação do referido dispositivo legal assenta-se em ocorrências no procedimento executório, o que não tem o condão de atingir o requerimento de falência, ante a ausência de vinculação entre a execução e o pedido de falência por impontualidade. 3. Não se revela como exigência para a decretação da quebra a execução prévia. A mora do devedor é comprovada pela certidão de protesto. 4. O título executivo não se desnatura quando, para se encontrar o seu valor, se faz necessário simples cálculo aritmético, com a inclusão de encargos previstos no contrato e da correção monetária, bem como o abatimento dos pagamentos parciais. Precedentes. 5. O preenchimento do requisito de liquidez do título foi examinada pelo Tribunal a quo com base nas provas dos autos. Rever esse entendimento requer reexame de provas. Incide a Súmula nº 7. 6. A alegação de que a ausência de citação para a "segunda execução" tornaria clara a não ocorrência da tríplice omissão requerida pelo dispositivo da Lei Falimentar revela-se como indevida inovação recursal trazida somente nas razões do Recurso Especial. Ausente o prequestionamento, não se conhece do Recurso Especial. 7. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ; AgRg-Ag 1.073.663; Proc. 2008/0148005-0; PR; Quarta Turma; Rel. Min. Luis Felipe Salomão; Julg. 03/02/2011; DJE 10/02/2011)

Presume-se insolvente, de acordo com o art. 94, I, da Lei de Recuperação Judicial, comerciante que, sem razão de direito, não paga no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados, cuja soma ultrapasse o equivalente a **40** (quarenta) salários mínimos, como é o caso das cártulas retro mencionadas.

Como já dito, destaca-se que a dívida encontra-se devidamente materializada e fundamentada, sendo, portanto, líquida, certa e exigível.



Os valores constantes das cártulas foram devidamente atualizados, incidindo correção monetária e juros do vencimento, razão pela qual atingiu o valor atual de **R\$ 38.674,95** (Trinta e Oito Mil, Seiscentos e Setenta e Quatro Reais e Noventa e Cinco Centavos) conforme demonstrativo anexo.

Sendo assim, não lhe restando outra alternativa, e por se tratar de d vida líquida, certa e exigível, é a presente para, mui respeitosamente, requerer a Vossa Excelência, que se digne em determinar que a Requerida seja citada na pessoa de seu representante legal, nos endereços fornecidos, para que no prazo improrrogável de 10 (dez) dias apresente a defesa que tiver, ou ainda o plano de recupera o judicial, facultando-lhe o depósito elisivo (devidamente corrigido, com juros e corre o monetária, custas judiciais e honorários advoc cios de 10%), consoante demonstrativo anexo, sob pena de ser-lhe **DECRETADA A SUA FALÊNCIA**, e, após isso, com ou sem defesa, haja vista estar provada a sua impontualidade, por sentença **DECRETE A SUA FALÊNCIA**, com as cominações de praxe.

Comprova a Requerente a regularidade de seu crédito, anexando as cártulas com as respectivas certidões dos **protestos**, comprovando ainda a sua regularidade no Comércio, anexando o Contrato Social devidamente registrado e Certidão Atualizada da JUCESP.

Ainda, a Requerente apresenta nestes autos, a Certidão Simplificada Atualizada da Requerida.

Requer finalmente, que seja deferido ao Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento do mandado citatório, os benesses do Artigo 172 e seus parágrafos do CPC.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito permitidos, notadamente pelo depoimento pessoal do representante legal da Requerida, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos, e demais que se fizerem necessárias.

D -se   causa, para os efeitos de custas e distribui o, o valor de **R\$ 42.542,44** (Quarenta e Dois Mil, Quinhentos e Quarenta e Dois Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

Termos em que, pede e aguarda deferimento.

Itu/SP, 13 de Janeiro de 2.015.

NILSON DOS SANTOS ALMEIDA
ADVOGADO - OAB/SP 128.845
RUA SANTA CRUZ, 289, CENTRO, ITU/SP
FONE/FAX (0XX11) 4023-3376
nilson.adv@uol.com.br





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	Duplicata nº. 142309/A
Valor Nominal	R\$ 12.085,00
Indexador e metodologia de cálculo	TJ/PR (Tabela Tribunal Just Paraná) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2014 a Janeiro/2015
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	21/08/2014 a 14/01/2015
Honorários (%)	10 %

Dados calculados

Fator de correção do período	153 dias	1,022128
Percentual correspondente	153 dias	2,212847 %
Valor corrigido para 01/01/2015	(=)	R\$ 12.352,42
Juros(146 dias-5,00000%)	(+)	R\$ 617,62
Sub Total	(=)	R\$ 12.970,04
Honorários (10%)	(+)	R\$ 1.297,00
Valor total	(=)	R\$ 14.267,04

Memória analítica do cálculo

Valor inicial	12.085,00
Data inicial	01/08/2014
Data final	01/01/2015
Periodicidade	Mensal
Metodologia de cálculo	Calculado pelo critério mês cheio.

Termo inicial	Termo final	Variação do período	Valor
01/08/2014	01/09/2014	0,1200 (%)	12.099,50
01/09/2014	01/10/2014	0,2550 (%)	12.130,36
01/10/2014	01/11/2014	0,4850 (%)	12.189,19
01/11/2014	01/12/2014	0,8350 (%)	12.290,97
01/12/2014	01/01/2015	0,5000 (%)	12.352,42

Acréscimos de juro, multa e honorários

Juros(146 dias-5,00000%)	(+)	R\$ 617,62
Sub Total	(=)	R\$ 12.970,04
Honorários (10%)	(+)	R\$ 1.297,00
Valor total	(=)	R\$ 14.267,04

Retornar Imprimir





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	Duplicata nº. 142309/B
Valor Nominal	R\$ 12.085,00
Indexador e metodologia de cálculo	TJ/PR (Tabela Tribunal Just Paraná) - Calculado pro-rata die.
Período da correção	05/09/2014 a 01/01/2015
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	05/09/2014 a 14/01/2015
Honorários (%)	10 %

Dados calculados

Fator de correção do período	118 dias	1,020557
Percentual correspondente	118 dias	2,055678 %
Valor corrigido para 01/01/2015	(=)	R\$ 12.333,43
Juros(131 dias-4,36667%)	(+)	R\$ 538,56
Sub Total	(=)	R\$ 12.871,99
Honorários (10%)	(+)	R\$ 1.287,20
Valor total	(=)	R\$ 14.159,19

Memória analítica do cálculo

Valor inicial	12.085,00
Data inicial	05/09/2014
Data final	01/01/2015
Periodicidade	Mensal
Metodologia de cálculo	Calculado pro-rata die.

Termo inicial	Termo final	Variação do período	Valor
05/09/2014	01/10/2014	0,2210 (%)	12.111,70
01/10/2014	01/11/2014	0,4850 (%)	12.170,45
01/11/2014	01/12/2014	0,8350 (%)	12.272,07
01/12/2014	01/01/2015	0,5000 (%)	12.333,43

Acréscimos de juro, multa e honorários

Juros(131 dias-4,36667%)	(+)	R\$ 538,56
Sub Total	(=)	R\$ 12.871,99
Honorários (10%)	(+)	R\$ 1.287,20
Valor total	(=)	R\$ 14.159,19

Retornar Imprimir





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	Duplicata nº. 142309/C
Valor Nominal	R\$ 12.086,70
Indexador e metodologia de cálculo	TJ/PR (Tabela Tribunal Just Paraná) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Setembro/2014 a Janeiro/2015
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	20/09/2014 a 14/01/2015
Honorários (%)	10 %

Dados calculados

Fator de correção do período	122 dias	1,020903
Percentual correspondente	122 dias	2,090338 %
Valor corrigido para 01/01/2015	(=)	R\$ 12.339,35
Juros(116 dias-4,00000%)	(+)	R\$ 493,57
Sub Total	(=)	R\$ 12.832,92
Honorários (10%)	(+)	R\$ 1.283,29
Valor total	(=)	R\$ 14.116,21

Memória analítica do cálculo

Valor inicial	12.086,70
Data inicial	01/09/2014
Data final	01/01/2015
Periodicidade	Mensal
Metodologia de cálculo	Calculado pelo critério mês cheio.

Termo inicial	Termo final	Variação do período	Valor
01/09/2014	01/10/2014	0,2550 (%)	12.117,52
01/10/2014	01/11/2014	0,4850 (%)	12.176,29
01/11/2014	01/12/2014	0,8350 (%)	12.277,96
01/12/2014	01/01/2015	0,5000 (%)	12.339,35

Acréscimos de juro, multa e honorários

Juros(116 dias-4,00000%)	(+)	R\$ 493,57
Sub Total	(=)	R\$ 12.832,92
Honorários (10%)	(+)	R\$ 1.283,29
Valor total	(=)	R\$ 14.116,21

Retornar Imprimir

